

Um apartamento em Urano

Paul B. Preciado

 ZAHAR

SLIP

Carta de um homem trans ao antigo regime sexual

SENHORAS, SENHORES E OUTROS:

Em meio ao fogo cruzado em torno das políticas do assédio e abuso sexual, eu gostaria de tomar a palavra como contrabandista entre dois mundos, o mundo “das mulheres” e o mundo “dos homens” (esse dois mundos que poderiam não existir, mas que alguns se esforçam para manter separados por uma espécie de Muro de Berlim do gênero), para informar a respeito de alguns “objetos perdidos” (*objets trouvés*), ou melhor, “sujeitos perdidos” (*sujets trouvés*) na travessia.

Não falo aqui como homem, pertencente à classe dominante daqueles a quem foi designado o gênero masculino ao nascer, que foram educados como membros da classe governante, aos quais foi concedido ou antes exigido (esta seria uma possível chave de análise) que exercessem a soberania masculina. Tampouco falo como mulher, uma vez que abandonei voluntária e intencionalmente essa forma de encarnação política e social. Falo aqui como homem trans. Não pretendo, contudo, representar em nenhuma medida nenhum coletivo. Não falo nem posso falar como heterossexual, nem como homossexual, embora conheça e habite as duas posições, dado que, quando se é trans, essas categorias tornam-se obsoletas. Falo como trânsfuga do gênero, como fugitivo da sexualidade, como dissidente (muitas vezes inepto, visto que carente de código preestabelecido) do regime da diferença sexual. Como auto-

cobaia político-sexual que fez a experiência, ainda não tematizada, de viver em ambos os lados do muro e que, à força de atravessá-lo dia após dia, acabou farto, senhoras e senhores, da rigidez recalcitrante dos códigos e dos desejos que o regime heteropatriarcal impõe.

Deixem-me dizer, aqui do outro lado do muro, que a coisa está pior do que minha experiência como mulher lésbica me permitiu imaginar. Desde que moro como-se-fosse-um-homem no mundo dos homens (consciente de encarar uma ficção política), pude comprovar que a classe dominante (masculina e heterossexual) não vai abandonar seus privilégios porque nós enviamos alguns tuítes e demos alguns gritos. Depois dos abalos da revolução sexual e anticolonial do século passado, os heteropatriarcas embarcaram num projeto de contrarreforma ao qual se unem agora as vozes “femininas” que desejam continuar sendo “importunadas/molestadas”. Esta será a guerra dos mil anos; a mais longa das guerras, pois afeta as políticas da reprodução e os processos através dos quais um corpo humano se constitui como sujeito soberano. A mais importante das guerras, portanto, porque o que está em jogo não é o território ou a cidade, mas o corpo, o gozo, a vida.

O que caracteriza a posição dos homens em nossas sociedades tecnopatriarcais e heterocêntricas é que a soberania masculina está definida pelo uso legítimo das técnicas da violência (contra as mulheres, contra as crianças, contra outros homens não brancos, contra os animais, contra o planeta em seu conjunto). Poderíamos dizer, lendo Max Weber com Judith Butler, que a masculinidade é para a sociedade aquilo que o Estado é para a nação: detentor e usuário legítimo da violência. Essa violência pode se expressar socialmente como domínio, eco-

nomicamente como privilégio, sexualmente como agressão e estupro. A soberania feminina, ao contrário, só é reconhecida na capacidade das mulheres para gerar. Em termos sexuais e sociais, as mulheres são súditas. Só as mães são soberanas. Nesse regime, a masculinidade se define necropoliticamente (pelo direito dos homens de dar a morte), enquanto a feminilidade se define biopoliticamente (pela obrigação das mulheres de dar a vida). Poderíamos dizer que a heterossexualidade necropolítica seria algo como a utopia da erotização do encontro sexual entre Robocop e Alien... esperando que, com um pouco de sorte, um dos dois consiga se dar bem.

A heterossexualidade não é somente, como ensina Monique Wittig, um regime de governo: é também uma política do desejo. A especificidade desse regime é que ele se encarna como processo de sedução e de dependência romântica entre dois agentes sexuais “livres”. As posições de Robocop e Alien não são individualmente escolhidas ou conscientes. A heterossexualidade necropolítica é uma prática de governo que não é imposta pelos que governam (os homens) às governadas (as mulheres), mas é sobretudo uma epistemologia que fixa as definições e as posições respectivas dos homens e das mulheres através de uma regulação interna. Essa prática de governo não assume a forma de uma lei, mas de uma norma não escrita, de uma transação de gestos e códigos cujo efeito é estabelecer na prática da sexualidade uma partição entre o que se pode e o que não se pode fazer. Essa forma de servidão sexual repousa numa estética da sedução, numa estilização do desejo e numa coreografia do prazer. Esse regime não é natural: trata-se de uma estética da dominação historicamente construída e codificada, que erotiza e perpetua a diferença de poder. É essa po-

lítica do desejo que mantém vivo o antigo regime sexo-gênero, em que pesem todos os processos legais de democratização e empoderamento das mulheres. Esse regime heterossexual necropolítico é hoje tão degradante e destrutivo quanto eram a vassalagem e a escravidão em pleno Iluminismo.

O processo de denúncia e visibilização da violência que estamos vivendo faz parte de uma revolução sexual, que é certamente lenta e tortuosa, mas também imparável. O feminismo queer situou a transformação epistemológica como condição de possibilidade de uma mudança social. Tratava-se de questionar a epistemologia binária e naturalizada afirmando diante dela uma multiplicidade irreduzível de sexos, gêneros e sexualidades. Entendemos que, hoje, a transformação libidinal é tão importante quanto a transformação epistemológica: é preciso modificar o desejo. É preciso aprender a desejar a liberdade sexual.

Durante anos, a cultura queer foi um laboratório de invenção de novas estéticas das sexualidades dissidentes diante das técnicas de subjetivação e dos desejos da heterossexualidade necropolítica hegemônica. Somos muitos os que abandonamos há tempos a estética da sexualidade Robocop-Alien. Aprendemos com as culturas machona/mulherzinha e BDSM, com Joan Nestle, Pat Califia e Gayle Rubin, com Annie Sprinkle e Beth Stephens, com Guillaume Dustan e Virginie Despentes, que a sexualidade é um teatro político no qual o desejo, e não a anatomia, escreve o roteiro. É possível, dentro da ficção teatral da sexualidade, desejar limpar sapatos com a língua, ser penetrado por todos os orifícios ou caçar o amado num bosque como se fosse uma presa sexual. Contudo, dois elemen-

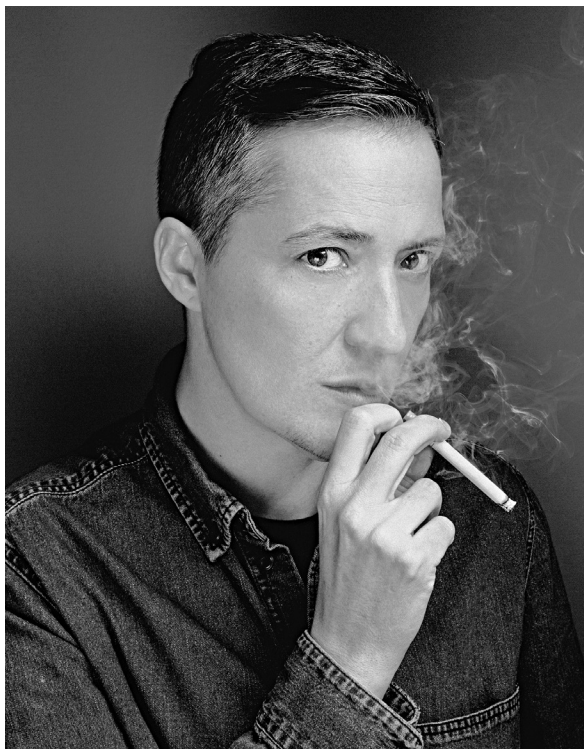
sexualidade e a estética heterodominante do antigo regime: o consenso e a não naturalização das posições sexuais. A equivalência dos corpos e a redistribuição do poder.

Como homem trans, desidentifico-me da masculinidade dominante e de sua definição necropolítica. Nossa maior urgência não é defender o que somos (homens ou mulheres), mas rejeitá-lo, é desidentificar-nos da coação política que nos força a desejar a norma e a repeti-la. Nossa práxis produtiva é desobedecer às normas sexuais e de gênero. Depois de ter sido lésbica a maior parte da vida e trans nos últimos cinco anos, estou tão distante dessa estética da heterossexualidade quanto um monge budista que levita em Lhasa está longe do supermercado Carrefour. Não gozo com essa estética do antigo regime sexual. Não me excita “molestar” quem quer que seja. Não me interessa sair de minha miséria sexual passando a mão nos outros no metrô. Não sinto nenhum tipo de desejo pelo kitsch erótico-sexual que vocês propõem: caras que usam sua posição de poder para bater uma punheta e bolinar os outros. Tenho nojo dessa estética grotesca e assassina da heterossexualidade necropolítica. Uma estética que renaturaliza a diferença sexual e situa os homens na posição de agressores e as mulheres na de vítimas (dolorosamente agredidas ou alegremente importunadas).

Se é possível afirmar que trepamos mais e melhor na cultura queer e trans, é porque afastamos a sexualidade não apenas do âmbito da reprodução, mas sobretudo do campo da dominação de gênero. Não estou dizendo que a cultura queer e transfeminista escapa de toda e qualquer forma de violência. Não há sexualidade sem sombras, só não é necessário que a sombra (a desigualdade e a violência) presida e determine a sexualidade.

Representantes do antigo regime sexual, levem com vocês a parte que lhes cabe das sombras *and have fun with it*. E deixem-nos enterrar as nossas, que estão mortas. Gozem de sua estética da dominação, mas não queiram transformá-la em lei. E depois, deixem-nos trepar segundo nossa própria política do desejo, sem homens nem mulheres, sem pênis nem vaginas, sem machados nem fuzis.

Arlés, 15 de janeiro de 2018



MARIE ROUGE

PAUL B. PRECIADO é filósofo, curador e um dos principais pensadores contemporâneos das novas políticas do corpo, gênero e sexualidade. Nascido como Beatriz Preciado em 1970, na Espanha, é bolsista Fulbright, mestre em filosofia e teoria de gênero pela New School de Nova York e doutor em filosofia e teoria da arquitetura pela Universidade de Princeton. Atualmente é filósofo associado ao Centre Georges Pompidou, em Paris. Também é autor de *Manifesto contrassexual*, *Testo junkie* e *Pornotopia*.

